



Noviembre 2019 - ISSN: 1989-4155

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL: DO VOTO PETISTA AO ANTIPETISTA.

Mariela Campos Rocha¹

Iara Lima Vianna²

Leonardo da Silveira Ev³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Mariela Campos Rocha, Iara Lima Vianna y Leonardo da Silveira Ev (2019): "Eleições presidenciais no Brasil: do voto petista ao antipetista", Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (noviembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/11/eleicoes-presidenciais-brasil.html>

Resumo

O presente estudo propõe compreender, comparar e discutir os condicionantes do voto do brasileiro nas eleições presidenciais 2010 e 2014 à luz das teorias do comportamento eleitoral, realizando análises empíricas do voto na então candidata Dilma Rousseff por meio de bancos de dados oriundos de pesquisas pós-eleitorais, quais sejam: Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB (2010 e 2014) e Instituto Vox-Populi (2010 e 2014). A partir de modelos multivariados de regressão logística e das demais análises descritivas, buscou-se explicar parte da decisão tomada pelo eleitor na candidata Dilma Rousseff / PT e em seu opositor no segundo turno de cada um dos pleitos em estudo (José Serra/PSDB em 2010 e Aécio Neves/PSDB em 2014). Conclui-se que enquanto na eleição de 2010 o partidarismo se mostrou preponderante – a preferência pelo PT foi a principal determinante do voto na candidata que representava a continuidade – na eleição de 2014 a rejeição a este partido (PT) surtiu maior efeito no aumento da probabilidade de voto no candidato opositor do que a identificação com este partido em elevar as chances de voto na candidata mandatária. Ou seja: se na eleição de 2010, Dilma Rousseff pôde contar com o petismo como uma de suas principais fontes para

¹ Pós doutoranda do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutora e Mestra Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Mestra Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós graduada em Administração/Políticas Públicas pela Universidade Federal do Mato Grosso. Co-fundadora e membra do CePPI - Centro de Pesquisas em Política e Internet (UFMG).

³ Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

capitalizar votos, na eleição de 2014 o antipetismo foi mais eficiente (intenso) em aumentar a probabilidade de voto a favor da oposição do que a identificação com o PT foi para a ampliação das chances de votos a favor da presidente.

Palavras chave: Eleições, Petismo, Antipetismo, Comportamento Eleitoral

Abstract

The present study proposes to understand, compare and discuss the conditions of the Brazilian vote in the presidential elections 2010 and 2014 in the light of the theories of electoral behavior, performing empirical analysis of the vote in the then candidate Dilma Rousseff through databases from post-election polls. Brazilian Electoral Study - ESEB (2010 and 2014) and Vox-Populi Institute (2010 and 2014). From multivariate logistic regression models and other descriptive analyzes, we sought to explain part of the decision made by the voter in the candidate Dilma Rousseff / PT and her opponent in the second round of each of the elections under study (José Serra / PSDB in 2010 and Aécio Neves / PSDB in 2014). It is concluded that while in the 2010 election partisanship proved to be predominant - the preference for the PT was the main determinant of voting for the candidate representing the continuity - in the 2014 election the rejection of this party (PT) had a greater effect on increasing likelihood of voting in the opposing candidate than identifying with this party in increasing the chances of voting in the candidate candidate. In other words, if in the 2010 election Dilma Rousseff could count on petism as one of her main sources for capitalizing votes, in the 2014 election antipetism was more efficient (intense) in increasing the likelihood of voting for the opposition than The identification with the PT was to increase the chances of votes in favor of the president.

Keyword: Elections, Petism, Antipetism, Electoral Behavior

Resumen

El presente estudio propone comprender, comparar y discutir las condiciones del voto brasileño en las elecciones presidenciales de 2010 y 2014 a la luz de las teorías del comportamiento electoral, realizando un análisis empírico del voto en la entonces candidata Dilma Rousseff a través de bases de datos de encuestas posteriores a las elecciones. Estudio Electoral Brasileño - ESEB (2010 y 2014) e Instituto Vox-Populi (2010 y 2014). A partir de modelos de regresión logística multivariante y otros análisis descriptivos, buscamos explicar parte de la decisión tomada por el votante en la candidata Dilma Rousseff / PT y su oponente en la segunda vuelta de cada una de las elecciones en estudio (José Serra / PSDB en 2010 y Aécio Neves / PSDB en 2014). Se concluye que mientras que en las elecciones de 2010 el partidismo resultó ser predominante, la preferencia por el PT fue el principal determinante del voto en el candidato que representa la continuidad, en las elecciones de 2014 el rechazo de este partido (PT) tuvo un mayor efecto en el aumento probabilidad

de votar en el candidato opuesto que identificarse con este partido para aumentar las posibilidades de votar en el candidato candidato. En otras palabras, si en las elecciones de 2010 Dilma Rousseff pudiera contar con el petismo como una de sus principales fuentes para capitalizar los votos, en las elecciones de 2014 el antipetismo fue más eficiente (intenso) para aumentar la probabilidad de votar por la oposición que La identificación con el PT era aumentar las posibilidades de votos a favor del presidente.

Palabra clave: Elecciones, Petismo, Antipetismo, Comportamiento electoral

1. Introdução

Os pesquisadores do comportamento eleitoral têm buscado investigar quais fatores determinam – e com que intensidade influenciam – o comportamento dos eleitores. Muitos trabalhos têm sido então desenvolvidos com a finalidade de defender maior eficiência explicativa de uma ou de outra corrente clássica⁴ da área confrontando e discutindo teoricamente os pontos fortes e as fragilidades conceituais ou empíricas de determinadas teorias e/ou direcionando seus esforços à realização de análises e testes empíricos (crossnational, comparativos, temporais ou ad hoc) a respeito de resultados eleitorais.

As investigações sobre o comportamento eleitoral brasileiro trabalham com conceitos importantes trazidos das teorias internacionais, porém há que se destacar as pesquisas nacionais sobre o assunto e suas contribuições para o entendimento das eleições e dos eleitores no Brasil, principalmente porque há características muito particulares no cenário político brasileiro que precisam ser consideradas em estudos nacionais. O século XXI inaugura um período de especial interesse para a democracia brasileira, já que no primeiro pleito presidencial deste período, ocorrido em 2002, foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, um candidato oriundo das camadas populares, filiado e fundador de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores – PT, que havia se candidatado – e sido derrotado – por três vezes consecutivas nas eleições anteriores. Mais que isso, o então candidato Lula foi reeleito em 2006, mesmo após grave crise política, marcada por escândalos de corrupção e em 2010 foi eleita a sua sucessora Dilma Rousseff, feito digno de nota já que esta foi a primeira vez que uma mulher alcançou o posto de presidente do Brasil e também a primeira vez no período de redemocratização em que um mesmo partido venceu três eleições seguidas para a presidência da república. Em 2014, Dilma Rousseff se reelegeu, em uma corrida eleitoral extremante disputada e com um placar final de 51,64% contra 48,36% do candidato da oposição Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. O momento subsequente marcou o início de um período de crise política, crise esta que desembocou no impedimento da então presidenta levando Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro - MDB à presidência e a seguir na eleição do candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal - PSL, em 2018.

Não é de espantar, então, que haja grande interesse nas eleições presidenciais a partir de 2002, o que propicia um debate profícuo e relevante nos meios especializados, propiciando o surgimento de trabalhos que analisam estas eleições presidenciais. Nesse conjunto de trabalhos, é possível encontrar tanto estudos sobre o voto em Lula, quanto aqueles que se concentram sobre o voto em Dilma Rousseff, além daqueles mais que já analisam o voto em Bolsonaro. Há uma extensa produção científica tratando desse tema, sendo que se destacam aqui os trabalhos de autores como Maria D’Alva G. Kinzo, André Singer, David Samuels, Marcello Baquero, Lúcio Rennó, Yan de Souza Carreirão, Ednaldo Ribeiro e Julian Borba. Esses e outros importantes autores que estudam o comportamento eleitoral no Brasil protagonizam um debate em que se confrontam justificativas

⁴ Destaca-se que as três grandes teorias clássicas do comportamento eleitoral são: Sociológica, Psicossociológica (ou Psicológica) e Escolha Racional (LAZARFELD, BERELSON e GAUDERT, 1944; CAMPBELL E KAHN, 1952; DOWNS, 1957; CAMPBELL, CONVERSE, MILLER e STOKES, 1960).

ideológicas ou econômicas, históricas ou psicológicas, para o voto nas últimas eleições. O presente trabalho pretende contribuir com essa discussão a partir de uma reflexão acerca do papel dos vínculos entre os eleitores e os partidos políticos no voto.

Sendo assim, a proposta trata-se de discutir, comparar e compreender os condicionantes do voto do eleitor brasileiro nas eleições presidenciais de 2010 e 2014 à luz das teorias do comportamento eleitoral, realizando análises empíricas do voto na então candidata Dilma Rousseff por meio de bancos de dados oriundos do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB 2010⁵ e de pesquisas de opinião nacionais realizadas pelo Instituto Vox-Populi em 2014⁶. A hipótese que se levanta é a de que os sentimentos em torno do PT são relevantes para a decisão de voto para presidência do Brasil tanto na eleição de 2010 quanto na eleição de 2014, porém em direções opostas apesar da vitória de Dilma Rousseff em ambos os pleitos.

O foco nas eleições de Dilma Rousseff se justifica por representar o período em que os sentimentos negativos para com o Partido dos Trabalhadores ganha destaque de uma eleição para outra, chamando atenção dos pesquisadores da área à necessidade de apuração mais atenciosa, mesmo porque esses sentimentos negativos seguiram ampliando até a eleição da extrema direita no pleito seguinte (ALMEIDA, 2019).

Além de uma reflexão teórica, buscou-se, a partir de modelos multivariados de regressão logística, apontar empiricamente que o partidarismo e o antipartidarismo são fatores explicativos que apresentaram significância estatística na explicação da tomada de decisão feita pelo eleitor, e com que intensidade elevou (ou reduziu) a probabilidade de voto na candidata Dilma Rousseff/PT e em seu opositor no segundo turno de cada um dos pleitos em estudo (José Serra/PSDB em 2010 e Aécio Neves/PSDB em 2014).

2- As eleições de 2010 e 2014.

Presidencialismo, eleições diretas, e separação em três poderes – Executivo, Legislativo (com um congresso bicameral formado por Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Judiciário. Assim se resume em poucas palavras as principais características do federalismo brasileiro. E para delinear este panorama, o Brasil conta com um sistema eleitoral administrado pelo poder judiciário, contando com um tribunal exclusivamente formado para essa função, o Tribunal Superior Eleitoral, e

⁵ Cabe aqui agradecer ao CESOP-Unicamp por disponibilizar o banco de dados para pesquisa análise e publicação.

⁶ Cabe aqui agradecer também ao Instituto Vox Populi por ceder os dados para pesquisa, análise e publicação. Agradecemos, em especial, ao Dr. João Francisco Meira (Diretor do Instituto e ex-aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG) por viabilizar o uso destes dados e por apoiar iniciativas de pesquisa.

que mantém eleições com duas modalidades: (1) voto majoritário⁷ e (2) voto proporcional em lista aberta⁸.

As eleições presidenciais de 2010 ocorreram seguindo a regra de dois turnos implantada pela Constituição Federal de 1988. O primeiro turno aconteceu no dia 03 de outubro de 2010 (domingo), e como a candidata que recebeu o maior número de votos não conseguiu maioria absoluta, chegando a 46,91% contra 32,61 do segundo colocado, José Serra, o pleito caminhou para o segundo turno. O segundo turno das eleições ocorreu em 31 de outubro de 2010 (domingo), tendo como adversários a candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e o candidato José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Dilma Rousseff foi então eleita com 55.752.483 votos, o que representa 56,05% de votos válidos, contra 43.711.162 votos de seu adversário José Serra, representando 43,95% de votos válidos.

A disputa entre os partidos PT e PSDB observada na eleição de 2010 e que se manteve na eleição de 2014, representou uma tradição no cenário eleitoral brasileiro até ser quebrada na eleição de 2018 com a baixa votação do PSDB no primeiro turno. O seu candidato Geraldo Alckmin obteve apenas 4,76% dos votos e ficou como quarto colocado, abrindo espaço para a disputa em segundo turno entre o PT e o jovem partido PSL. Vale registrar que os dois partidos – PT e PSDB – protagonizaram até 2014 o mais robusto antagonismo dentro do cenário político nacional brasileiro, liderando duas coalizões partidárias que foram capazes de apresentar os dois candidatos mais votados das eleições entre 1994 e 2014. O PT especificamente esteve presente já no segundo turno das eleições de 1989 – as primeiras eleições presidenciais diretas ocorridas no Brasil depois de quase 30 anos – quando o candidato Lula foi então derrotado por Fernando Collor no 2º turno. Mas a partir da eleição de 1994 as duas agremiações partidárias protagonizaram todas as disputas pela presidência da república, sendo que o PSDB se elegeu nos pleitos de 1994 e 1998 derrotando o PT já no 1º turno em ambos os casos, e o PT saiu vitorioso sobre o PSDB no segundo turno nas eleições de 2002, 2006⁹, 2010 e 2014.

Se o seu partido tinha como uma vantagem vasta experiência à frente das disputas eleitorais desde a redemocratização do Brasil, Dilma, pelo contrário, era inexperiente nas urnas, já que em

⁷ A eleição majoritária define a escolha dos candidatos a mandatários do poder executivo (presidente, governadores e prefeitos), podendo haver segundo turno das eleições caso nenhum candidato atinja maioria absoluta dos votos válidos em primeiro turno para os cargos de governador e presidente, e também para prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores. Também é majoritária a eleição para os Senadores.

⁸ A eleição proporcional define a escolha de representantes do poder legislativo (deputados federais, deputados estaduais e vereadores municipais). Com o voto em lista aberta, o eleitor pode escolher diretamente o nome do seu candidato, ou também pode optar pelo voto de legenda (quando se vota na legenda de um determinado partido) e ao final da eleição as cadeiras são ocupadas reunindo-se os votos totais de cada legenda e distribuindo-se o número total de cadeiras pelos partidos de acordo com os votos totais alcançados por cada um, ou seja, os votos dos candidatos de cada partido são somados aos votos de legenda desse partido, originando as listas partidárias. Após verificar o número de vagas proporcionais a cada partido, a partir do quociente eleitoral (QE = número de votos válidos / número de vagas), as vagas são destinadas aos candidatos mais votados daquele partido, respeitando uma lista decrescente de votos dos candidatos.

⁹ Lula foi derrotado em 1989 contra Fernando Collor (PRN), em 1994 e 1998, ambas contra Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e saiu-se vitorioso com 61,3% dos votos válidos em 2002 contra José Serra e com 60,8% dos votos válidos em 2006 contra Geraldo Alckmin, ambos do PSDB.

2010 enfrentava pela primeira vez uma disputa eleitoral para um cargo público¹⁰. Apesar dessa inexperience eleitoral, a então Ministra da Casa Civil do governo Lula, teve já em 2008 seu nome colocado como possível candidata à presidência pelo PT, sendo que no mesmo ano seu nome figurava entre as sondagens eleitorais realizadas pelos grandes institutos de pesquisa. Dilma tinha apenas 3% das intenções de voto na pesquisa DataFolha de 25/27 de março 2008, enquanto Serra, ministro nos dois mandatos de FHC, ex-prefeito de São Paulo capital e ex-governador do estado de São Paulo, detinha 38% da preferência do eleitorado na mesma enquete.

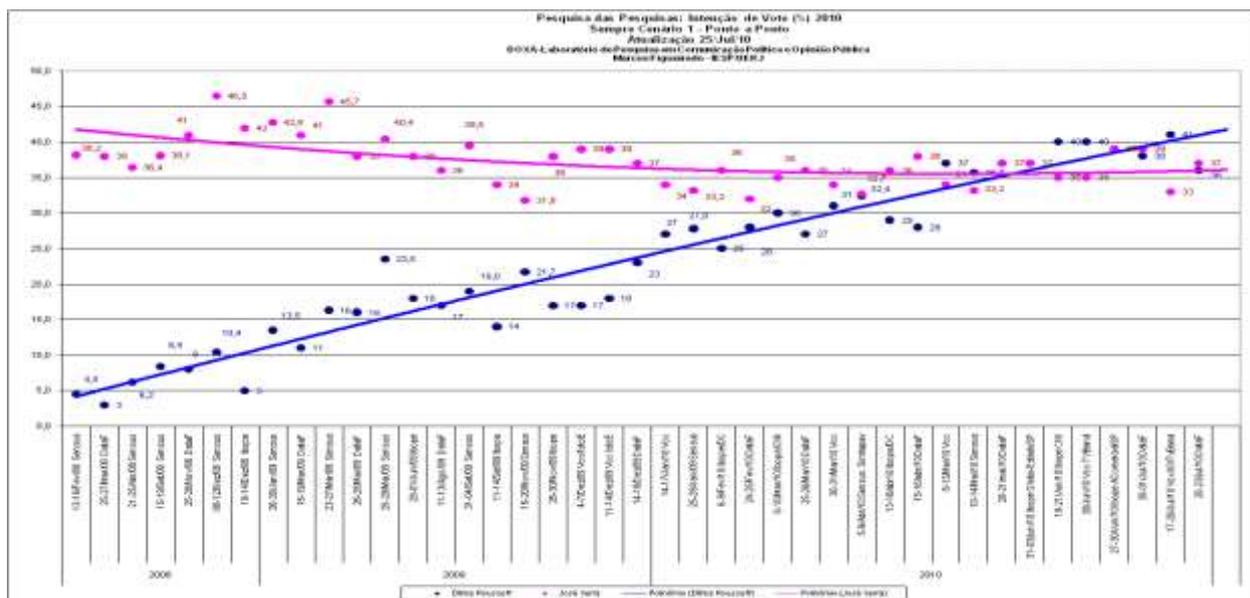
Pouco menos de dois anos depois, contudo, em 20 de fevereiro de 2010, durante o 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores¹¹ ela já gozava de 25% de intenções de votos, cifra próxima à que José Serra apresentava. Entre o início do mês de maio e o início do mês de junho de 2010, ocorre o que se chama de “boca do jacaré”, quando Dilma ultrapassa o seu adversário José Serra em termos de percentuais de intenção de voto nas sondagens dos institutos de pesquisa, conforme verificado na pesquisa Vox Populi de 06 a 13 de maio de 2010 e na sondagem Sensus de 10 a 14 de maio de 2010.

No dia 12 de junho de 2010, o PT aprova definitivamente a candidatura de Dilma em decisão do Diretório Nacional, quando, em ascensão nas sondagens de intenções de voto, ela alcançava preferência de 35% do eleitorado. No dia 05 de julho de 2010, a candidatura de Dilma foi então registrada no Tribunal Superior Eleitoral, momento em que, às vésperas do início oficial da campanha eleitoral, Dilma já gozava da primeira posição isolada nas pesquisas de opinião de todos os maiores institutos de pesquisa do Brasil, como mostra o gráfico 01 que traz a evolução das intenções de voto para presidente, de acordo com dados dos 04 maiores institutos de pesquisa brasileiros, Vox Populi, Sensus, Ibope e Datafolha.

¹⁰ Embora tenha ocupado cargos de Secretária do Município de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul (Governos de Alceu Collares), e de Ministra de Estado (no Governo Lula), Dilma Rousseff nunca havia se candidatado a cargos públicos eletivos.

¹¹ No 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores de 20 de fevereiro de 2010 cerca de 2 mil militantes aprovaram o nome de Dilma Rousseff como pré-candidata do partido.

Gráfico 01



Fonte: Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública – IESP/UERJ

Durante a campanha eleitoral, algumas características chamaram a atenção de pesquisadores, como o fato de que as estratégias das campanhas eleitorais tanto de oposição quanto de oposição se utilizaram de um tom de continuidade, mesmo na campanha do principal candidato de oposição, José Serra, que em alguns programas de televisão chegou a usar a figura de Lula. Isto ocorreu principalmente porque a popularidade do então presidente Lula, assim como a aprovação de seu governo, alcançou patamares recordes, dificultando o uso de discurso totalmente oposicionista¹².

Nesse ambiente, alguns temas pouco explorados em campanhas eleitorais anteriores vieram à tona, como: a pauta ambiental e a crescente atenção sobre os valores morais, trazendo à discussão alguns assuntos polêmicos como as legalizações do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo. Estes temas trouxeram para a discussão atores que, após muitos anos, voltaram a interferir diretamente na eleição. Religiosos das Igrejas Protestantes e da Igreja Católica, de forma organizada e institucionalizada apoiaram ou reprovaram abertamente o voto para determinados candidatos, em especial condenando o voto em Dilma¹³. As eleições de 2010 trouxeram muitas novidades também para o Partido dos Trabalhadores, já que, pela primeira vez desde a redemocratização brasileira, o partido não teve como candidato o seu presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva, afinal ele havia governado o Brasil por dois mandatos seguidos e não poderia, de acordo com a Constituição Federal, disputar mais uma eleição em sequência.

Em meio a tantas novidades o Brasil também testemunhou algumas singularidades históricas, como a eleição de uma mulher para presidenta do Brasil, pela primeira vez. Para além da importância nata que uma eleição democrática representa no fortalecimento da democracia, como vem ocorrendo desde as eleições de 1989, a vitória de Dilma representou uma conquista social

¹² De acordo com a pesquisa CNI-IBOPE divulgada em 16/12/2010, o presidente Lula encerrou mandato com 87% de aprovação da população brasileira, recorde histórico sem precedentes

¹³ Ver: “Igrejas pedem a fiéis para não votar em Dilma”, em Meu Araripe, 12/10/2010.

muito importante que configura um passo significativo para a igualdade de gênero. Outra característica de relevo resultante da eleição de 2010 foi a inédita conquista de um terceiro mandato presidencial consecutivo por parte de um mesmo partido político – o PT – no período pós-redemocratização que se estendeu de forma igualmente inédita a um quarto mandato a partir da eleição de 2014, mas que sofreu um processo de impeachment em 31 de agosto de 2016. Impeachment esse entendido como golpe de estado por um grande número de juristas e cientistas políticos brasileiros e estrangeiros¹⁴.

Voltando a atenção às eleições, vale lembrar que como as convenções partidárias para escolha e confirmação dos candidatos acontecem sempre em meados de junho segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral¹⁵, o primeiro semestre de um ano eleitoral costuma ser marcado por muita especulação sobre quais serão os nomes que disputarão os cargos em jogo. Até o último dia do prazo final para registro de candidaturas, as emissoras de rádio e televisão são proibidas de transmitir programas apresentados por candidato escolhido em convenção. Assim, a sensação do eleitorado é que “o tempo da política” ainda não começou. Até este momento, as notícias ficam restritas à internet e redes sociais digitais, e a articulação de apoios e aliados políticos é feita apenas nos bastidores.

Em 2014, além dessa configuração de praxe, de que a eleição ‘só começa’ a partir das convenções e do início das propagandas em TV e rádio, houve também, entre junho e julho, a realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil. Assim, o clima no primeiro semestre além da tradicional especulação sobre como seria a disputa política naquele ano, houve grande expectativa a respeito de como o Brasil se sairia enquanto sede de um dos maiores eventos esportivos do mundo. Havia quem estivesse otimista, com as oportunidades de negócios e com a visibilidade que o país alcançaria; e havia os pessimistas, cujo receio estava na dúvida acerca da conclusão das obras em tempo hábil e na falta de estrutura em geral (aeroportos, transporte público, hotéis, etc.) para receber tantos turistas no país. A mídia nacional e internacional também demonstrava receio a respeito da estrutura e do momento político pelo qual passava o país – onda de manifestações na época da Copa das Confederações de 2013 e deflagração de casos de corrupção associados ao governo federal. O que gerava desgaste para a imagem do governo, e demandava que a presidenta Dilma Rousseff e sua equipe promovessem declarações constantes sobre o andamento do planejamento para a Copa¹⁶.

O momento do evento chegou, e novos protestos aconteceram (principalmente nas cidades de realização da Copa do Mundo da FIFA), mas com menor intensidade e abrangência do que em junho de 2013. O receio era tamanho, que após Dilma Rousseff e Joseph Blatter terem sido vaiados um ano antes na abertura da Copa das Confederações (2013), a FIFA decidiu suspender os

¹⁴ Ver: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/8-mil-juristas-e-advogados-divulgam-manifesto-contra-o-golpe.html>; <http://www.ocafezinho.com/2015/12/03/cientistas-politicos-entram-na-campanha-contra-o-golpe/>

¹⁵ As convenções para a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações devem ocorrer de 20 de julho a 5 de agosto de 2016. O prazo antigo estipulava que as convenções partidárias deveriam acontecer de 10 a 30 de junho do ano da eleição.

¹⁶ Ver em: <http://www.valor.com.br/politica/3546010/presidente-garante-que-copa-do-mundo-sera-segura-e-um-sucesso> - acesso em 06/02/2015

tradicionais discursos do chefe da nação sede e do presidente da federação internacional no jogo de abertura; o que não evitou que a presidente fosse fortemente vaiada na Arena Corinthians quando teve sua presença anunciada. Todavia, esse comportamento não foi referendado pela população em geral, o que pode ser confirmado pela pesquisa do Instituto Datafolha da primeira semana de julho que apontou que 76% dos entrevistados consideravam que os torcedores que xingaram a presidenta agiram mal. Os resultados dessa mesma pesquisa assinalavam também melhoria nas expectativas econômicas, na favorabilidade em relação à Copa do Mundo e no orgulho a respeito da organização do evento mundial¹⁷. A imprensa nacional e internacional também dava destaques positivos à organização do evento¹⁸. Esses dados e acontecimentos soaram como uma sinalização de melhoria na imagem do governo.

Após o encerramento da Copa do Mundo, o tema das eleições dominou de vez a pauta dos noticiários e conversas cotidianas dos brasileiros. As pesquisas de opinião apontavam¹⁹, em meados de julho, que Dilma Rousseff (PT) estaria à frente na corrida presidencial, com 38% das intenções de voto, seguida por Aécio Neves (PSDB) com 22% e Eduardo Campos (PSB) com 8%.

Desde o início da corrida eleitoral os dados já apontavam para uma grande possibilidade de ocorrência de segundo turno e para o desenrolar de uma campanha muito concorrida e combativa²⁰. O que ninguém esperava era por algo que tornaria o cenário das eleições presidenciais de 2014 ainda mais agitado: a morte do ex-governador de Pernambuco e então candidato à presidência Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro – PSB logo no início do período das campanhas eleitorais e que imprimiu significativa alteração na configuração da disputa, para além da tragédia em si.

No dia 13 de agosto, a aeronave na qual Eduardo estava a bordo – juntamente com outras quatro pessoas de sua equipe e dois tripulantes – caiu em Santos, no litoral do estado de São Paulo, causando a morte de todos os passageiros²¹. No dia 20 de agosto, uma semana após a morte de Campos, após muita especulação, veio então a confirmação oficial: Marina Silva (PSB), ex-senadora pelo estado do Acre e candidata que obteve a 3ª maior posição na eleição presidencial de 2010 pelo

¹⁷ Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1480175-com-copa-do-mundo-humor-do-pais-melhora-e-dilma-cresce.shtml> - acesso em 06/02/2015.

¹⁸ Ver mais em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/07/apos-espera-de-fiasco-imprensa-muda-discurso-e-copa-e-sucesso-fora-do-pais.html>; <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/02/copa-2014-e-melhor-do-que-jogos-olimpicos-de-2012.htm> - acesso em 06/02/2015.

¹⁹ Ver em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/22/ibope-dilma-tem-38-e-aecio-22-das-intencoes-de-voto.htm> - acesso em 06/02/2015.

²⁰ A agressividade foi um marco das campanhas presidenciais de 2014 e pôde ser observada, tanto no comportamento dos candidatos – em compromissos oficiais de campanha, programas eleitorais (HGPE) e debates, quanto na postura de eleitores em ambientes físicos ou virtuais (redes sociais na internet, Facebook e Twitter, e aplicativo de comunicação móvel como Whatsapp) discussões, boatos, debates conflituosos, discórdias, brigas, ofensas e até casos de preconceito e crimes de ódio). Ver: <http://ricmais.com.br/sc/eleicoes2014/noticias/agressividade-marca-campanha-eleitoral-no-segundo-turno/> - acesso em 07/02/2015.

²¹ Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1499722-aviao-com-eduardo-campos-cai-em-santos.shtml> - acesso em 08/02/2015.

Partido Verde – PV seria candidata à presidência em 2014 e o então deputado federal Beto Albuquerque (PSB-RS) assumiria a vaga de candidato a vice²².

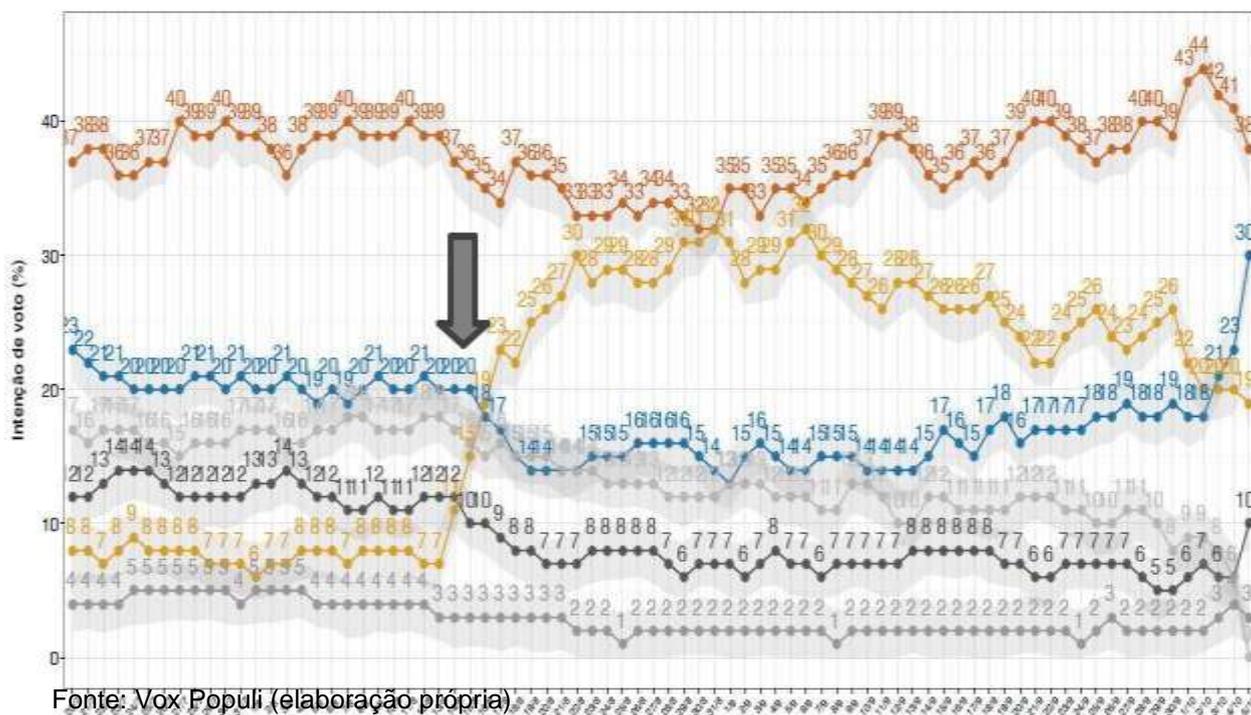
Marina Silva iniciou sua campanha declarando que tinha o compromisso de dar continuidade ~~ao projeto e trabalho que vinha desenvolvendo~~ com Eduardo Campos nos últimos meses, e dando ênfase na frase “Não vamos desistir do Brasil”, dita por Eduardo Campos um dia antes de sua morte em entrevista ao Jornal Nacional ²³ . A entrada de Marina (PSB) na disputa provocou uma reviravolta nos números das pesquisas de intenção de voto²⁴ do primeiro turno (Gráfico 02) e, conseqüentemente, no planejamento (e preocupação) das campanhas dos outros dois principais candidatos, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), afinal ela se firmara como terceira via na disputa eleitoral, assim como ocorreu na eleição de 2010 segundo Telles e Moreno (2013), e mais uma vez foi a candidata a alcançar a terceira maior votação com 21,32% dos votos em 2014.

²² Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/psb-oficializa-marina-silva-como-candidata-a-presidencia-no-lugar-de-campo-6577.html> - acesso em 08/02/2015.

²³ Ver mais em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-08-15/nao-vamos-desistir-do-brasil-vira-lema-extraoficial-da-campanha-de-marina.html> - acesso em 08/02/2015.

²⁴ Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/ibope-marina-silva-encosta-em-dilma-e-venceria-no-segundo-turno-5767.html> - acesso em 08/02/2015.

Gráfico 02 – Intenção de voto estimulada (17/07 a 04/10)



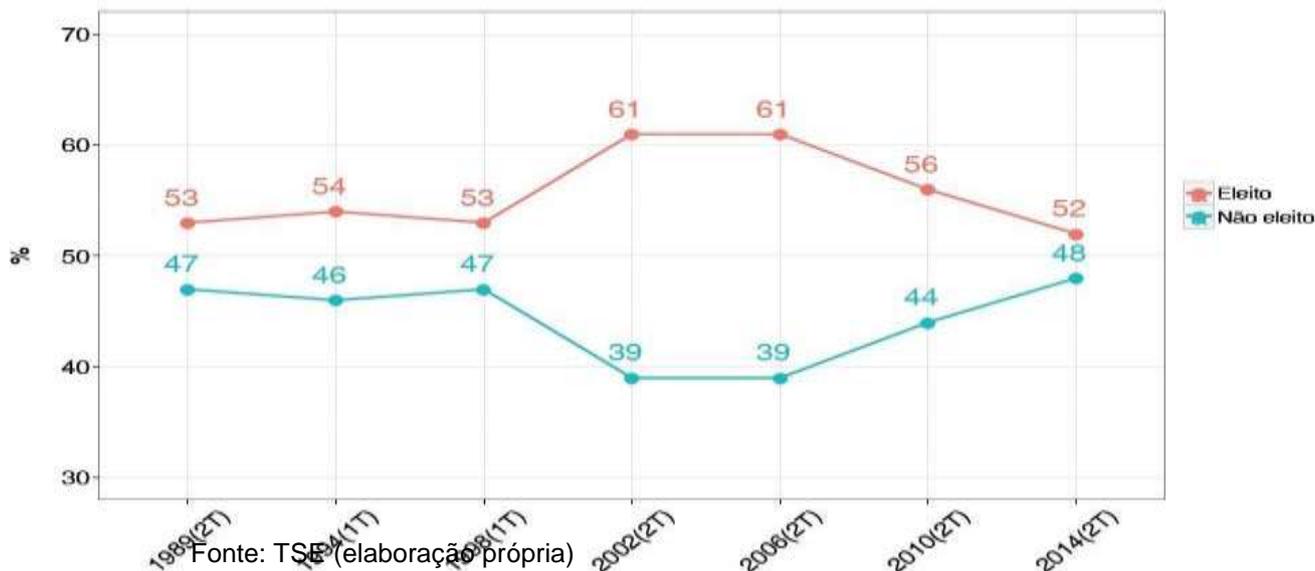
Com a presença de Marina no primeiro turno da corrida presidencial as campanhas ficaram ainda mais agressivas, o que direcionou a organização das campanhas para uma estratégia em que os candidatos buscavam insistentemente desconstruir seus adversários em suas posturas ideológicas, discursos, decisões e experiências políticas prévias²⁵. Em geral, foram muitas as críticas trocadas entre os três principais candidatos ao longo do primeiro turno, afinal o cenário para o segundo turno se colocava bastante incerto, mas enfim, os candidatos que venceram o primeiro turno e foram disputar o segundo turno das eleições de 2014 foram Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

No segundo turno a campanha continuou intensa e agressiva entre os dois candidatos e também entre eleitores e militância de ambos os partidos. Como já fora mencionado, o embate enérgico que era observado entre os candidatos nas propagandas eleitorais, nos pronunciamentos e nos debates também acontecia entre o eleitorado, nas redes sociais digitais e nas conversas diárias. A consequência da edificação de um processo eleitoral tão acirrado, agressivo e marcado por fortes antagonismos foi um resultado eleitoral com pequena diferença percentual de votos entre os dois candidatos em disputa e a vitória de Dilma sobre Aécio foi tão apertada que esta eleição foi a disputa

²⁵ O mote de campanha de Marina se tornou a busca por uma ‘nova política’, que romperia com os vícios políticos (corrupção, troca de favores, coalizões interessadas, etc.) já internalizados pelos dois outros partidos na disputa (PT e PSDB). Marina também criticava fortemente a gestão econômica do governo Dilma. Já o lema de Aécio era reestabelecer a economia do país e acabar com a corrupção; e para isso, segundo ele, seria preciso tirar o PT do governo. Já Dilma Rousseff, na posição de incumbente, procurava elucidar aos eleitores as mudanças já conquistadas nos últimos doze anos de governo do PT e prometer que mais transformações precisariam acontecer (Mote de Campanha: Muda Mais). Contudo, além de trazer à tona os ganhos e avanços alcançados em seu governo (e nos outros dois mandatos do presidente Lula) e de tentar se projetar como uma opção de novas mudanças para o país, Dilma Rousseff também se colocou, muitas vezes, na posição de ataque em relação a seus adversários.

mais acirrada em todo período após a redemocratização²⁶, como pode ser visto no Gráfico 03. Ressaltando que a eleição de 2014 se manteve como a mais acirrada das eleições brasileiras ao incluir a eleição de 2018 uma vez que Jair Bolsonaro (PSL) obteve 55,13% dos votos contra Fernando Haddad (PT) com 44,87% dos votos no segundo turno.

Gráfico 03 – Resultados eleitorais segundo turno (1989-2014)



As eleições presidenciais de 2014 foram tão complexas quanto seu resultado. Assim, outras análises podem e devem ser realizadas por variados enquadramentos e outras pesquisas podem ser feitas sobre o pleito eleitoral de 2014, tão concorrido e a respeito do qual tantos debates foram travados, assim como outras comparações entre as eleições presidenciais também podem ser realizadas sob variados aspectos e direcionamentos teóricos, contudo, como já dito, pretende-se investigar no presente trabalho o papel dos sentimentos partidários, ou seja, observar a identificação e a rejeição ao PT para a explicação do voto no segundo turno das eleições presidenciais de 2010 e 2014; pleitos dos quais a então candidata, Dilma Rousseff fora eleita.

3.1- O protagonismo do PT

Estão inseridos no debate acerca das eleições no século XXI no Brasil, importantes autores que discutem o voto com base no personalismo e/ou na identificação partidária, como, por exemplo, Maria D’Alva G. Kinzo, André Singer, David Samuels, Marcello Baquero, Lúcio Rennó, Yan de Souza Carreirão, Ednaldo Ribeiro e Julian Borba.

O brasilianista norte-americano David Samuels, apresenta em um trabalho bastante conhecido, “As bases do Petismo” (2004), uma nova concepção sobre o fenômeno do petismo. Nele, de certa forma, o autor inova ao afirmar que o próprio petismo, como fenômeno político e eleitoral, seria em boa razão apoiado na simpatia pela pessoa de Lula, ou seja, no personalismo, apesar de

²⁶ Ver mais em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/em-campanha-mais-acirrada-desde-1989-dilma-e-reeleita-presidente-da-republica.html> - acesso em 06/02/2015.

deixar muito claro em sua argumentação que este personalismo em Lula é significativamente menor entre os petistas do que o personalismo em outros líderes dentro de seus partidos no Brasil. Para além de perceber maiores indícios de personalismo na cultura política brasileira e perceber a relação entre a manutenção do personalismo e a formação dos partidos políticos no Brasil, com o formato do sistema político brasileiro, o autor aprofunda-se nas particularidades do Partido dos Trabalhadores neste cenário, afirmando que desde a sua formação o PT se distingue como sendo o partido político que conquistou a maior preferência partidária ao longo do tempo.

Ainda sobre a situação da preferência partidária em 2003, Samuels (2004) resume que: “cerca de dois terços dos brasileiros não expressam preferência partidária, cerca de um em cada quatro brasileiros expressa preferência partidária pelo PT e um em cada dez expressa preferência por um dos outros partidos” (2004, p.226). O próprio David Samuels, ao estudar as bases geográficas de apoio do PT e do candidato Lula no período de 1989 a 2006, verifica que a evolução geográfica do petismo após o início do primeiro governo Lula (2002) mostra um declínio na região de origem do PT, São Paulo, e um expressivo crescimento em estados do nordeste. Segundo ele, em 1989 o PT podia ser considerado um partido praticamente paulista, o que foi se modificando graças ao maior peso que outras áreas geográficas foram ganhando dentro do Partido, especialmente a partir de 2002.

Desta forma, o trabalho de Samuels vai ao encontro dos argumentos de Terron e Soares (2011), no sentido em que confirma a “migração” do petismo para outras regiões do Brasil. Já Marcello Baquero defende categoricamente que o personalismo centrado na pessoa de Lula foi o que definiu a eleição de 2006, dizendo que

Nas eleições de 2006 pode-se afirmar que foi o personalismo que saiu vitorioso, pois, a despeito dos escândalos em que o governo foi envolvido, o presidente Lula conseguiu manter e até aumentar sua base de apoio popular, garantindo um segundo mandato. (2007, p.234)

Assim, Baquero (2007) atribui ao lulismo o papel principal na explicação para o voto nas eleições presidenciais de 2006, com a diferença de que o seu estudo aponta para um caminho distinto do caminho indicado por Samuels (2008), e dos achados de Rennó (2010), na medida em que Baquero identifica que “houve uma clara separação por parte dos eleitores entre o governo do presidente Lula e a figura da pessoa do presidente” (2007, p. 236), enquanto Samuels e Rennó identificam uma forte associação entre essas duas variáveis.

Baquero defende que “a personalização da política, ou seja, a proeminência da figura do candidato sobre o partido, lançando mão de estratégias de desqualificação do(s) oponente(s)” (BAQUERO, 2007, p.236), prevaleceu naquele pleito. E ainda, ao se apropriar das palavras de Gustavo Venturi (2007), atribui um elevado demérito ao eleitor brasileiro e sua tomada de decisão de voto nessas eleições, quando afirma que

[...] dois conjuntos de fatores explicariam a reeleição de Lula em 2006: 1. O populismo assistencialista que caracterizaria a natureza dos programas sociais do governo federal (Bolsa Família e outras políticas compensatórias) e 2. Algum déficit dos eleitores que optaram por Lula: alienados (déficit político), desinformados (déficit cognitivo), anestesiados (déficit motivacional), cínicos ou coniventes com a corrupção (déficit moral). Na mesma direção, consideramos

que esses aspectos foram decisivos, principalmente a partir de 2005, momento em que a sucessão de escândalos envolvendo políticos muito próximos ao presidente Lula sinalizou, de forma contundente, que tanto a reeleição do presidente quanto a manutenção da maioria do PT no Congresso estavam comprometidas. (BAQUERO, 2007, p.234)

Em que pese o aparente viés ideológico contido na citação acima, Baquero (2007) deixa clara a sua posição acerca da relevância do personalismo sobre a decisão do voto, no sentido de desqualificar o eleitor ao tomar essa decisão. Em trabalho mais recente, Baquero e Gonzalez (2011) continuam identificando o personalismo como a principal explicação para o voto, e defendem a existência de um padrão de voto nas últimas eleições, afirmando que “na última década e meia, incluindo o período examinado neste trabalho (2002-2010), os resultados das eleições para presidente revelam um padrão relativamente estável do ponto de vista de preferências eleitorais.” (2011, p.378). Apesar disso, os autores demonstram em sua pesquisa a existência da preferência partidária entre os eleitores brasileiros, e apontam para uma contradição com a sua própria expectativa, que seria uma queda de apoio popular ao PT já na eleição de 2010, como pode ser visto na seguinte afirmação:

Há três partidos cujos percentuais se destacam na resposta do qual partido gosta: PT, PSDB e PMDB. Os dois primeiros responsáveis pelo principal enfrentamento nas eleições presidenciais. O terceiro ainda aparecendo como maior partido do país, embora sem o mesmo prestígio na apresentação de candidaturas à presidência. No entanto os dados contradizem a expectativa de perda de suporte dos partidos de situação envolvidos nos escândalos políticos do final do primeiro mandato do Presidente Lula. (BAQUERO e GONZALEZ, 2011, p.389).

Contudo, o vínculo entre lulismo e petismo é questionado por Samuels e Zucco (2014) que apontam que eleitores lulistas e petistas possuem perfis diferentes e constituem dois grupos distintos na sociedade. Os autores definem o lulismo como um fenômeno comparativamente mais fraco do que o petismo, consistindo em um elo distinto daquele verificado entre eleitores petistas, ainda que, como ressaltam os autores, ambos partilhem ideias constituintes. Nesse sentido, o lulismo é visto por eles como uma forma embrionária de petismo, associada à parcela do eleitorado mais pobre, menos escolarizada e com baixos níveis de participação política. O argumento não considera que lulistas tornar-se-ão necessariamente petistas, embora os autores reconheçam que isso seja possível, mas que o lulismo ao combinar uma avaliação positiva da figura de Lula com valores centrais da identidade petista expande o alcance eleitoral petista para um eleitorado que não era originalmente adepto da legenda.

O lulismo não é, contudo, uma identidade política *per se*. Como afirmam Menezes e Palermo (2012), o lulismo se expressa na clivagem entre sociedade e sistema político. Trata-se de uma forma de ligação entre os atores sociais mais desfavorecidos e a esfera política. Para os autores, seu marco crucial é o escândalo do mensalão, no qual o sistema político (incluindo-se aí o próprio PT) é fortemente deslegitimado perante a sociedade, mas a figura de Lula é preservada e emerge como elo capaz de recompor a fratura deixada e reconectar a política convencional com a sociedade. Assim, o lulismo seria um “fenômeno de liderança popular” que, muito além de seus eventuais

efeitos eleitorais, desempenhou um papel central no funcionamento da política nacional.

Dessa forma, assim como admitem Baqueiro e Gonzalez (2011) a preferência partidária tem um efeito que independe do viés personalista, particularmente no caso do PT que detém níveis muito superiores de partidários em relação às demais legendas.

Portanto, sendo a parcela de partidarismo encontrada em pesquisas de opinião no Brasil fortemente atribuível à preferência pelo PT, uma questão que se coloca diz respeito à natureza do vínculo que os eleitores expressam pelo partido. Nesse sentido, Pereira (2014) afirma que parte da preferência manifestada pelos eleitores relativa ao PT é circunstancial e se intensifica no período eleitoral, de modo que nem todo partidarismo medido pelas pesquisas é “forte”. Utilizando dados de pesquisa de painel realizada nas cidades de Juiz de Fora e Caxias do Sul realizada entre abril de 2002 e outubro de 2006, o autor identifica duas formas de preferência, uma que se mantém ao longo do tempo e outra que emerge nas medições efetuadas durante o período eleitoral. Esta última tende a diminuir de intensidade algum tempo após do pleito. As análises de regressão entre os dois tipos de petismo encontrados apontam que ambos possuem correlação significativa com o voto em candidatos do PT, embora os coeficientes sejam consideravelmente mais altos para petistas fortes. O autor conclui que somente no caso do petismo forte é possível dizer que há relação de causa entre preferência partidária e voto. Contudo, é razoável pressupor pelos resultados demonstrados em seu estudo que mesmo o petismo circunstancial pode explicar parte importante dos votos dados ao partido, especialmente por se manifestar no período eleitoral.

Carreirão e Kinzo (2004), em seu estudo “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”, trabalham o significado e mensuram o impacto da preferência ou rejeição aos partidos políticos brasileiros sobre a decisão e a manifestação de voto, e defendem a relevância da inclusão destas variáveis nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil. Assim, os autores afirmam que:

Mesmo levando em conta o pouco tempo de existência do sistema partidário que emergiu pós-democratização, a construção de identidades partidárias é um subproduto importante da dinâmica do jogo partidário-eleitoral. Desse modo, o conhecimento das percepções e atitudes dos eleitores em relação aos partidos – detectadas por meio de surveys eleitorais –, bem como o seu efeito sobre a decisão eleitoral, é fundamental para se compreender o modo como se tem estruturado o sistema partidário-eleitoral brasileiro. (CARREIRÃO e KINZO, 2004, p.132)

No mesmo sentido, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) aprofundam-se sobre a “evolução dos sentimentos partidários dos eleitores brasileiros entre 2002 e 2010 e suas relações com variáveis atitudinais²⁷ e de comportamento dos eleitores.” (2011, p. 333). Nesse estudo, os autores concluem que os sentimentos partidários influenciam substantivamente o voto dos brasileiros para presidente da república. Eles afirmam que:

[...] há diferenças interessantes entre eleitores que manifestam sentimentos em relação ao PT e ao PSDB, quanto a atitudes relativas a temas políticos

²⁷ As variáveis atitudinais utilizadas no trabalho são: relação à democracia, estatismo, igualdade, censura aos meios de comunicação e repressão a manifestações e passeatas e comportamento. (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011).

relevantes; além disso, [o estudo] mostra, também, que esses sentimentos estão, ainda, fortemente associados ao voto para presidente. (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, p. 333).

Os autores são contundentes ao afirmar que “há ocorrência de sentimentos partidários em boa parte da população, cerca de dois terços dos eleitores manifestam algum tipo de sentimento (identidade ou rejeição) em relação aos dois partidos brasileiros mais importantes” (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, p.342). Porém, segundo os mesmos autores, os sentimentos partidários positivos, principalmente direcionados ao PT diminuíram em 2014, mas o antipetismo influenciou os padrões de comportamento eleitoral naquela eleição. (RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2016).

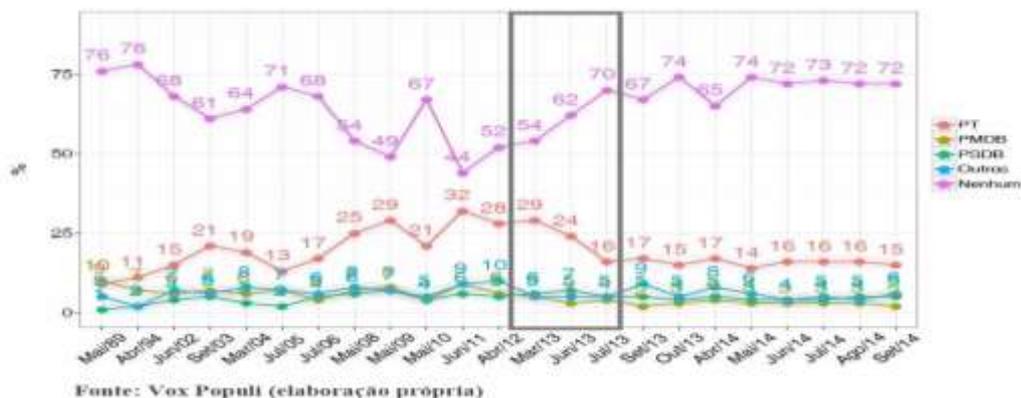
Portanto, tanto a eleição presidencial de 2014 como a de 2010 contaram com forte influência dos sentimentos partidários, afinal, dentre outros fatores, a identificação partidária foi relevante para explicar o voto em Dilma Rousseff em ambas as eleições, mas em 2014, principalmente a rejeição ao PT foi fator significativo na decisão do voto a favor do candidato da oposição, o peessedebista Aécio Neves, que por sua vez teve uma votação expressiva de quase empate.

3.2 O voto e o partidarismo

No quadro brasileiro “pós-ditadura militar”, três partidos nacionais, PT, PMDB, e PSDB, mantêm algum nível de preferência entre os eleitores, segundo Samuels (2008), níveis esses que apontam para uma razoável estabilidade se considerarmos a multiplicidade e complexidade do cenário político-partidário brasileiro²⁸ no período abordado (1989 – 2007). Atualizando o quadro de evolução da identificação partidária no Brasil elaborado por Samuels (2008), usando agora dados do Instituto Vox Populi até 2014, nota-se que a preferência pelo PT foi crescente até 2010, se manteve estável até princípio de 2013 e começou a cair ao mesmo tempo em que foram deflagradas as manifestações de junho de 2013.

²⁸ David Samuels (2008), apresenta o cenário da evolução da preferência partidária no Brasil desde 1989 até 2008, para cada um dos três maiores partidos brasileiros, com base em dados do Instituto Datafolha.

Gráfico 04

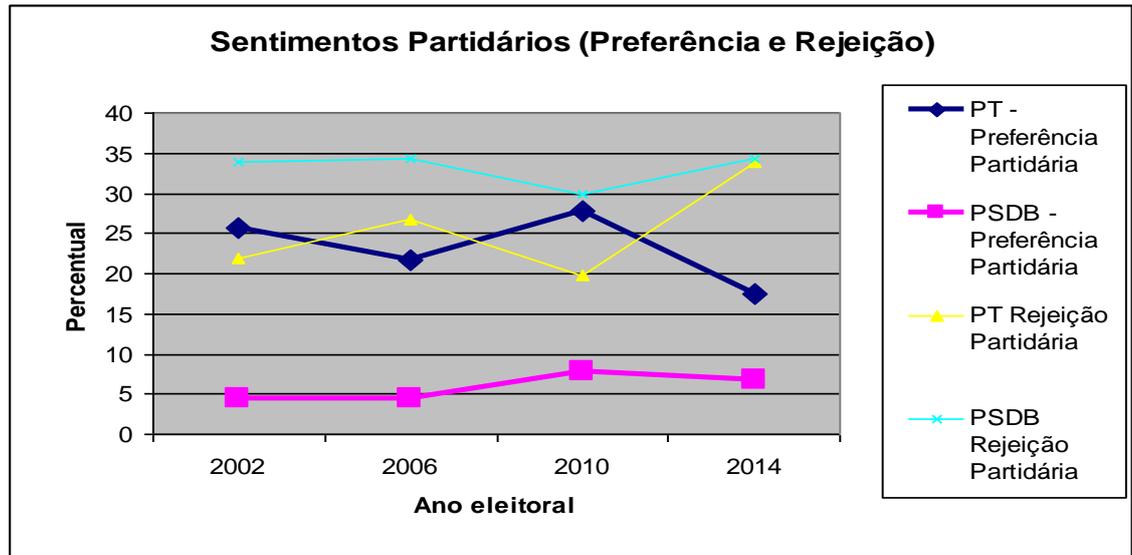


Apesar de ser observável que um percentual substantivo de eleitores que não tem preferência por nenhum partido, a identificação partidária declarada no Brasil é relevante para a explicação do voto e para a compreensão do comportamento político do brasileiro, principalmente se devidamente relativizada, considerando-se as características do sistema político-eleitoral brasileiro, que segundo alguns autores contemporâneos, apresenta nuances que inibem a consolidação de uma identidade partidária, como afirmam, por exemplo, Samuels (1997) e Carey & Shugart (1995).

Carreirão e Kinzo (2004) constataam que entre 1989 e 2002, a proporção de eleitores que manifestaram preferência por algum partido oscilou várias vezes dentro do período, com um mínimo de 41% e um máximo de 54% dos eleitores brasileiros. Os autores concluem desta forma que a preferência é um fenômeno que não pode ser desprezado no Brasil, apesar de não ser majoritário.

Assim como outros autores inseridos no debate acerca do comportamento eleitoral no Brasil, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) afirmam que, no caso brasileiro, os sentimentos partidários são “relativamente fortes na estruturação do comportamento eleitoral” (2011, p.362). Nesse sentido, foi elaborado o Gráfico 05 apresentando a evolução dos sentimentos positivos e negativos da população em relação a ambos partidos que participaram da disputa presidencial de 2002 até 2014, o PT e o PSDB.

Gráfico 05



Fonte: ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014. Elaboração própria.

A partir da observação do Gráfico 05, pode-se perceber que a evolução da preferência pelo PSDB é ligeiramente ascendente, saindo de 4,5% em 2002 e tendo seu ápice em 2010 ao atingir 7,2%, - ou seja, um crescimento de menos de 3 pontos percentuais. Assim como no caso da preferência partidária, a rejeição pelo PSDB também não é muito oscilante: parte de 33,8% em 2008 e atinge 34,4% em 2014, com uma leve queda para 30% em 2010.

Ao observar a preferência pelo PT, observamos uma linha histórica mais oscilante e em percentuais mais elevados, partindo de 25,6% em 2002, tendo seu cume em 2010 com 27,7% e sua maior queda em 2014, justamente quando sua rejeição (sempre mais baixa, desde 2002, em comparação com a de seu maior adversário em eleições presidenciais) atinge percentuais muito próximos aos percentuais de rejeição do PSDB, indicando um quase empate entre os níveis de rejeição de ambos partidos, sendo 33,9% de rejeição ao PT e 34,4% de rejeição ao PSDB.

A análise desses dados pode indicar que em 2010 a preferência pelo PT se sobressai e em 2014 a queda da preferência e a ampliação da rejeição pelo PT é um destaque. Essas são boas pistas para a explicação do acirramento da disputa eleitoral e ampliação dos votos no candidato do PSDB, uma vez que os sentimentos sobre o PSDB se mantiveram no mesmo patamar desde 2002 até 2014 enquanto os sentimentos para com o PT se alteraram.

Esta constatação sugere que os fenômenos do antipartidarismo e da identificação partidária negativa também são capazes de explicar uma parcela do comportamento dos eleitores brasileiros, especialmente no pleito de 2014 onde estes sentimentos parecem ter se manifestado de forma mais evidente no resultado.

O antipartidarismo é caracterizado por uma atitude de rechaço aos partidos políticos e à sua atuação. Esta postura se desdobraria em dois subtipos, o antipartidarismo cultural e o antipartidarismo reativo (TORCAL, GUNTHER e MONTEIRO, 2001). No primeiro caso, trata-se de uma postura de ceticismo em relação aos partidos políticos como necessários e importantes para o

funcionamento da democracia representativa. É uma manifestação de insatisfação generalizada com a política que pode se estender ao próprio sistema político, cujas raízes se encontram profundamente embricadas na história política de um país. A variante reativa do antipartidarismo tende a ser um posicionamento crítico às legendas existentes, sem contudo negar a importância que tais instituições têm para o desempenho da democracia. Tende a ser uma postura influenciada por conjunturas políticas negativas e pela percepção dos eleitores de que não há alternativas partidárias críveis que lhes representem.

A identificação partidária negativa, por sua vez, é o fenômeno pelo qual eleitores assumem uma postura de rechaço a um partido específico, rejeitando-o radicalmente sem, contudo, se identificarem positivamente com alguma outra legenda. Eleitores que tenham esse tipo de orientação podem ou não manifestar também a preferência por outro partido sendo, neste caso, também eleitores partidários. O conceito de identificação negativa é uma formulação ainda recente que carece de maiores aprofundamentos, mas exemplos empíricos têm sido identificados em estudos de caso (ROSE e MISHLER, 1998; MAYER, 2014; MEDEIROS e NÖEL, 2014; RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2011 e 2016).

No Brasil, estudos têm apontado que a maioria do eleitorado não possui identificação com qualquer partido e as pesquisas de opinião revelam que também há baixos níveis de confiança nas legendas. Paiva, Krause e Lameirão (2016) investigam o antipartidarismo e um tipo específico de partidarismo negativo, o antipetismo. Com base nos dados do ESEB 2014, as autoras constatarem que os eleitores que pertencem ao grupo de antipetistas constituem um grupo formado por eleitores de perfil muito diferente daquele formado pelos eleitores antipetistas. O primeiro é constituído por indivíduos em sua maioria negros ou pardos, com níveis de escolaridade e renda mais baixos, com maior concentração nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e com menor capacidade de se localizar no espectro ideológico. Os antipetistas, por sua vez são formados em sua maioria por eleitores brancos, com maiores níveis de escolaridade e renda, vivendo em sua maioria nos estados do sudeste (particularmente São Paulo) e que se localizam à direita no espectro ideológico. Ademais, parcela considerável destes se identifica com o PSDB e avalia negativamente o governo Dilma.

As autoras também analisam se os eleitores que manifestam rejeição ao PT possuem opiniões e atitudes semelhantes em relação à avaliação que fazem do governo Dilma e de sua preferência pelo PSDB. Os resultados encontrados revelam que os antipetistas expressam atitudes coerentes com sua preferência.

Foi possível detectar que o antipetista traduz uma avaliação negativa em relação ao governo Dilma, influenciada, retrospectivamente, por sua insatisfação com o funcionamento da democracia e, prospectivamente, pela expectativa de que sua renda familiar seja reduzida nos próximos 12 meses. Observou-se que quanto mais negativo o eleitor avaliasse o desempenho do governo Dilma, maior era a chance de ele ser identificado como antipetista.

Também possibilitou-nos constatar o perfil partidarizado que define o antipetista, pois foi demonstrado que quem gosta do PSDB, dado que também gosta de Aécio e que vota nos candidatos do PSDB, tem maior probabilidade de ser antipetista. Por outro lado, buscando o inverso, os eleitores que gostam de Dilma,

visto que também votaram nela para presidente em 2010 e 2014, têm menores chances de ser antipetistas. (PAIVA, KRAUSE e LAMEIRÃO, 2016, p.665)

Assim, reforça-se a perspectiva de que as eleições de 2014 tenham sido fortemente marcadas pelo sentimento de antipetismo de parte do eleitorado brasileiro como sugerem os dados reportados no Gráfico 05. Nesse sentido, é interessante ressaltar a importância da distinção entre o antipartidarismo e o partidarismo negativo, pois enquanto o primeiro é indicativo de sistemas onde partidos são incapazes de canalizar preferências, o segundo sugere a existência de uma estruturação de preferências partidárias, ainda que por rechaço a uma legenda específica e não necessariamente preferência por outra. O fato de que os eleitores antipetistas demonstrem coerência em seu posicionamento e de que a rejeição ao PT medida em 2014 tenha sido alta e condizente com a votação expressiva no candidato opositor sugere que a identificação partidária negativa pode ser um elemento explicativo do voto tanto quanto a identificação partidária tradicional.

Os resultados dos testes estatísticos efetuados no escopo deste trabalho comprovam esta relevância do petismo para a explicação do voto no Brasil nas eleições até 2010 e da rejeição ao PT na decisão do eleitor em 2014, aliás, para o pleito de 2014, a identificação com o PT também se mostrou estatisticamente significativa, contudo, chamou a atenção o fato de a rejeição ao partido ter se mostrado mais forte em influenciar a probabilidade de voto a favor do candidato opositor do que a identificação em ampliar as chances de voto em Dilma Rousseff, candidata pelo PT. Ou seja, o antagonismo ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi mais eficiente em potencializar as chances de voto na oposição do que o apoio (identificação) a este partido em angariar probabilidade de voto para a presidente aspirante à reeleição. Este achado figura como um ponto positivo em favor da candidatura opositora. Afinal, o anti-petismo, discurso tão evocado por Aécio Neves (PSDB) ao longo da campanha, se mostrou bem sucedido não só em impactar fortemente a probabilidade de voto na oposição, mas em fazê-lo com maior intensidade do que a influência da identificação com o PT demonstrou ter conseguido em ampliar a probabilidade de voto na presidenta eleita.

Nos modelos multivariados construídos e apresentados nas tabelas 01 e 02 é possível observar que a preferência partidária é a variável explicativa mais expressiva para a explicação do voto em Dilma nas eleições de 2010 e a prevalência do antipetismo na explicação do voto contrário a Dilma na eleição de 2014.

4. Notas Metodológicas e análise empírica.

Cuidou-se, neste artigo, de elaborar modelos explicativos para o voto em Dilma, nas eleições de 2010 e 2014, respectivamente, a partir de análise de regressão logística binária, usando o software SPSS. Conforme fora dito anteriormente, foram utilizados dados de pesquisas pós-eleitorais às eleições presidenciais de 2010 e 2014. O banco de dados Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB 2010 com amostragem $n = 2.000$ para analisar os resultados de 2010. Já o banco de dados que subsidiou a análise dos resultados de 2014 é proveniente de pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, com amostragem $n = 2.200$.

Em ambas as pesquisas utilizadas como fonte de dados perguntou-se aos eleitores entrevistados qual havia sido o seu voto no segundo turno (*recall* de voto). Assim, no modelo de análise, a variável resposta (Y) será a resposta dada para os eleitores para esta pergunta de *recall* de voto recodificada (variável *dummy*): 1 = voto em Dilma Rousseff e 0 = voto no oponente (José Serra e Aécio Neves). Foram avaliados, portanto, os votos válidos, entrevistados que declararam voto branco, nulo, não terem comparecido para votar ou que não se lembravam do voto, foram eliminados da análise (recodificados como *system missing*, estes correspondem a 261 casos no banco de 2010 e 292 casos em 2014). E as variáveis independentes são:

- Identificação com o PT: recodificação da pergunta sobre preferência partidária para uma variável binária: tem identificação com o PT vs. não tem identificação com o PT.
- Rejeição ao PT: recodificação da pergunta sobre rejeição partidária para uma variável binária: tem rejeição ao PT ou não tem rejeição ao PT.
- Variáveis de controle: sexo, região, escolaridade e renda familiar.

As perguntas de pesquisas e hipóteses que fundamentam a escolha dessas variáveis como foco de investigação do artigo foram apresentadas anteriormente. Cabe aqui apenas retomar a justificativa de que o objetivo deste trabalho é analisar e demonstrar o efeito dos sentimentos partidários em relação ao PT nas eleições brasileiras de 2010 e 2014. Registra-se o reconhecimento de que muitos outros fatores provavelmente impactaram na decisão do eleitor quanto a seu voto, contudo, neste momento nos concentramos em analisar a dimensão partidária e a modificação do cenário entre uma eleição e outra: em 2010 mais favorável ao PT e em 2014 mais desfavorável, mesmo que o PT tenha alcançado a vitória com a mesma candidata em ambas as eleições, como pode ser observado nos modelos apresentados na Tabela 01 (correspondente à eleição de 2010) e na Tabela 02 (correspondente à eleição de 2014).

Tabela 01 - Eleição Presidencial de 2010

Melhor modelo ajustado						Modelo Invertido	
<i>(Dilma = 1; Serra = 0)</i>						<i>(Serra = 1; Dilma = 0)</i>	
Variáveis	Coeficiente	SE	Wald	Sig.	Exp(β)	β - Variável dep. Invertida	Exp(β) - Variável dep. Invertida
Identificação com o PT	,841	,220	67,377	,000**	7,136	-	0,058
Rejeição ao PT	1,759	,373	2,246	,000**	,172	1,759	5,805
Constante	,666	,866	,592	,042*	,947	-	0,514

Fonte: EDEB – CESOP Unicamp (elaboração própria) - n = 2.000 - R² de Nagelkerke: 0,517

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%.

Tabela 02 - Eleição Presidencial de 2014

Melhor modelo ajustado (Dilma = 1; Aécio = 0)						Modelo Invertido (Aécio = 1; Dilma = 0)		
Variáveis	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	β - Variável dep. Invertida	Exp(β) - Variável dep. Invertida
Identificação com o PT	,732	,208	73,0	1	,000**	5,358	2,732	0,065
Rejeição ao PT	3,197	,272	37,9	1	,000**	,041	3,197	24,466
Constante	,271	,252	5,4	2	,000**	,563	1,271	0,281

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) - n = 2.200 - R² de Nagelkerke: 0,476

* Significativo a 10%; ** Significativo a 5%.

Um dos componentes chaves na interpretação de uma regressão logística binária é a Razão de Chance – *odds ratio* - *Exp(B)*. A partir da análise deste componente, percebeu-se que a variável relativa ao partido de preferência mostra que ter preferência pelo PT aumenta em nada menos que 1.613,6% as chances do eleitor votar em Dilma em 2010 e 1.435,6% em 2014, enquanto que ter rejeição pelo PT diminui em 82,8% as chances de votar em Dilma em 2010 e 95,9% as chances de votar em Dilma em 2014. Ao observar o modelo invertido (modelo que analisa voto no oponente de Dilma, Serra em 2010 e Aécio em 2014), entretanto percebe-se que as chances do eleitor votar em Serra em 2010 aumentam 480,5% com a rejeição pelo PT e as chances de votar em Aécio aumentam 2.346,6% em 2014. Ou, interpretando de outra forma, temos que a identificação com PT elevou em 17,1 vezes em 2010 e 15,3 vezes em 2014 a probabilidade de voto em Dilma Rousseff. Em contraposição, tem-se que a rejeição a este partido aumentou em 5,8 vezes em 2010 e 24,466 vezes em 2014 as chances de voto no candidato opositor.

Ou seja, é possível perceber a partir dos resultados que em 2010 a identificação com o PT influencia de forma mais intensa o voto em Dilma (PT) do que a rejeição ao PT influencia o voto em

Serra (PSDB) e em 2014, ao contrário, a rejeição ao PT influencia de forma mais intensa a probabilidade de voto em Aécio (PSDB) do que a identificação com o partido na opção de voto em Dilma (PT).

5. Conclusão

Os dados analisados indicaram a maior relevância do petismo para a explicação do voto no Brasil nas eleições de 2010 e do antipetismo na explicação do voto contrário à Dilma na eleição de 2014. Uma vez que em 2010 o petismo foi fator mais significativo para explicar o voto na candidata que representava este partido e o anti-petismo não apareceu com tamanha intensidade para explicar o voto em seu oponente. Já em 2014, chama a atenção na análise o fato de o sentimento partidário de rejeição ao PT ter se mostrado mais forte em influenciar a probabilidade de voto a favor do candidato opositor do que a identificação em ampliar as chances de voto em Dilma Rousseff, candidata pelo PT.

Esses resultados apontam para a confirmação da hipótese lançada neste estudo de que os sentimentos em torno do PT são relevantes para a decisão de voto para presidência do Brasil tanto na eleição de 2010 quanto na eleição de 2014, porém em direções opostas apesar da vitória de Dilma Rousseff em ambos os pleitos. O antagonismo ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi mais eficiente em potencializar as chances de voto na oposição do que a identificação a este partido em angariar probabilidade de voto para a presidente aspirante à reeleição. Ao contrário do que ocorreu em 2010.

Este achado figura como um ponto de grande relevância para o debate sobre comportamento eleitoral no Brasil, pois não apenas contribui para a compreensão das eleições estudadas em si, como indica o período de transição do voto petista ao voto antipetista, apontando o momento de ascensão do antipetismo, quando o antipetismo se torna um dos fatores que, levou o PT à sua disputa mais acirrada em 2014 e à sua derrota mais a frente, nas eleições presidenciais de 2018. Esse achado também reforça o argumento acerca da relevância das relações entre os eleitores e partidos políticos na explicação do voto no Brasil; corroborando, principalmente aos achados de Ribeiro, Carreirão e Borba (2011 e 2016) que defendem a importância dos sentimentos partidários, positivos e negativos, para o comportamento eleitoral dos brasileiros.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. de. (2019), “Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos, CEBRAP*. São Paulo, v. 38, n. 01, p. 185-213.

BAQUERO, Marcello, GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. (2011), “Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010”, *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.369-399.

BAQUERO, Marcello. (2007), “Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)”. *Opinião Pública*, 13 (2):231-259.

BOBBIO, Norberto.(1997), “Dicionário de política”. 10. Ed. Brasília: UNB.

CAMARGOS, M. (2013). “Refinando a teoria do voto econômico - América Latina revisitada”. In: TELLES, H; MORENO, A. (Orgs.). *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip, MILLER, Warren & STOKES, Donald. (1960). “The american voter”. New York; London, John Wiley.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D’Alva G. (2004), “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, pp. 131 a 168.

CARREIRÃO, Yan de Souza. (2002), “A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras”. Florianópolis. Editora da UFSC. Rio de Janeiro. Editora FGV. 241p.

CARREIRAO, Yan de Souza. (2007), “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, p.307-339.

CARREIRAO, Yan de Souza. (2002), *Identificação ideológica e voto para presidente*. *Opin. Publica* [online]. vol.8, n.1, pp. 54-79. ISSN 0104-6276.

DOWNS, Anthony. (1999), “Uma Teoria econômica da democracia”. São Paulo: Edusp.

FERNANDES, G.; FERNANDES, I. (2012), “O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível”. Disponível em: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/14_7_2012_12_54_29.pdf

HUNTER, W.; POWER, T. (2007). “Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections 2006”. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n.1.

LAZARFELD, Paul, BERELSON, Bernard & GAUDET, Hazel. (1965), “The people’s choice: how to voter makes up his mind in a presidential campaign”. 2ª ed. New York, Columbia University Press [versão em espanhol].

MAYER, S. (2014). “Negative Partisanship within the social identity approach effects of out-group derogation on vote choice in Germany.” *European Consortium for Political Research (ECPR)*,

Glasgow.

MENEZES, T.M; PALERMO, V. (2012), "Gobierno de Lula y lulismo: examinando algunas hipótesis sobre las condiciones de posibilidad y la naturaleza del lulismo". Temas debates (En línea), Rosario , n. 23, p. 13-37, jun. 2012 .

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. (2007). As bases municipais da votação de Lula em 2006. In: VELOSO, J. (Org.) Quem elegeu Lula? Cadernos do Fórum Nacional, n.6.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRAO, A. P. (2016), "O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva." Opinião Publica, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674.

PEREIRA, F.B., (2014) "A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil." Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 13, p. 213-244.

PEREIRA, M. A.; PERINI, P. (2014). "Violência coletiva e o Facebook - os protestos de junho de 2013 no Brasil". Texto apresentado no Colóquio Internacional: Tecnologia e democracia: governança, ativismo e accountability, realizado entre 30 de outubro a 1º de novembro de 2014. Belo Horizonte, Brasi

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. (2011), "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, nº 2, p.333-368.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. (2016), "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". Opinião Pública, Campinas, v. 22, n. 3, p. 608-637.

Rose, R.; Mishler, W. (1998), "Negative and positive party identification in post-communist countries". Electoral Studies, vol. 17, nº 2, p. 217-234.

SAMUELS, D. (2008), "A evolução do petismo (2002-2008)". Opinião Pública, vol.14, n.2, pp. 302-318.

SAMUELS, D. (1997), "Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil". Dados vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro.

SAMUELS, D. (2004), "As Bases do Petismo". Opinião Pública, outubro, año/vol. 10, número 002 Universidade Estadual de Campinas São Paulo, Brasil pp. 221-241.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. (2014), "Lulismo, petismo and the future of Brazilian politics". Journal of Politics in Latin America, vol. 6, nº 3, p. 129-158.

SANTOS, S. (2011). "Comportamento do voto: reeleições dos prefeitos em capitais brasileiras – 2008". Dissertação de Mestrado, Ciência Política. Curitiba: UFPR.

TELLES, H e MORENO, A. 2013. "Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina", Belo Horizonte, Editora UFMG.

TORCAL, M.; GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. (2001), "Anti-party sentiments in Southern Europe". Working Paper, nº 170. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/252105971_Anti-Party_Sentiments_in_Southern_Europe